



CONTAS DE GOVERNO

Exercício de 2014

Conselheira Relatora: Soraia Thomaz Dias Victor





SUMÁRIO

- CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
- INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO / EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- GASTOS REALIZADOS MEDIANTE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES
- TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS
- PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- LIMITES CONSTITUCIONAIS
- GESTÃO FISCAL
- ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2013
- RECOMENDAÇÕES ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014

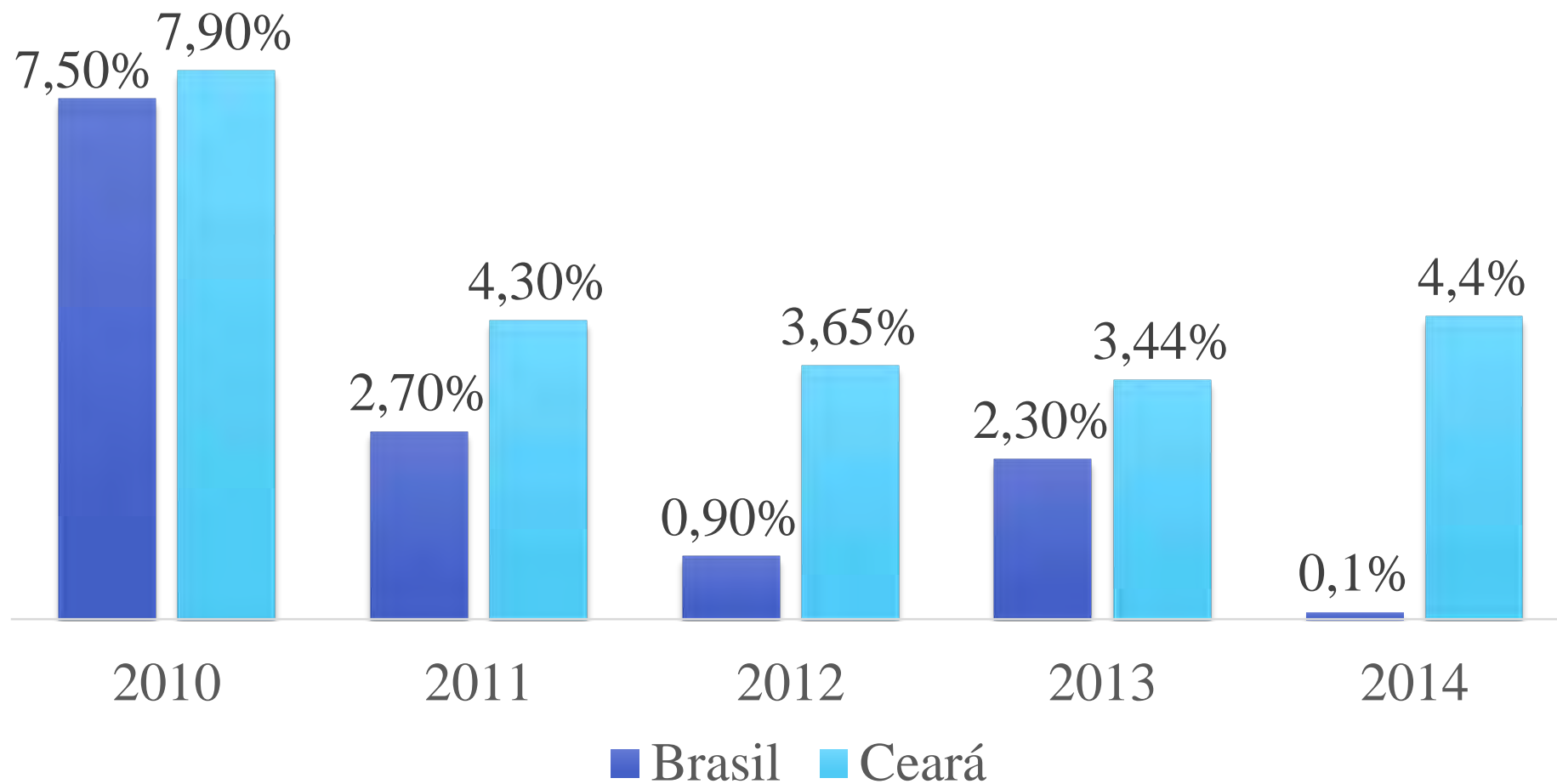


CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL





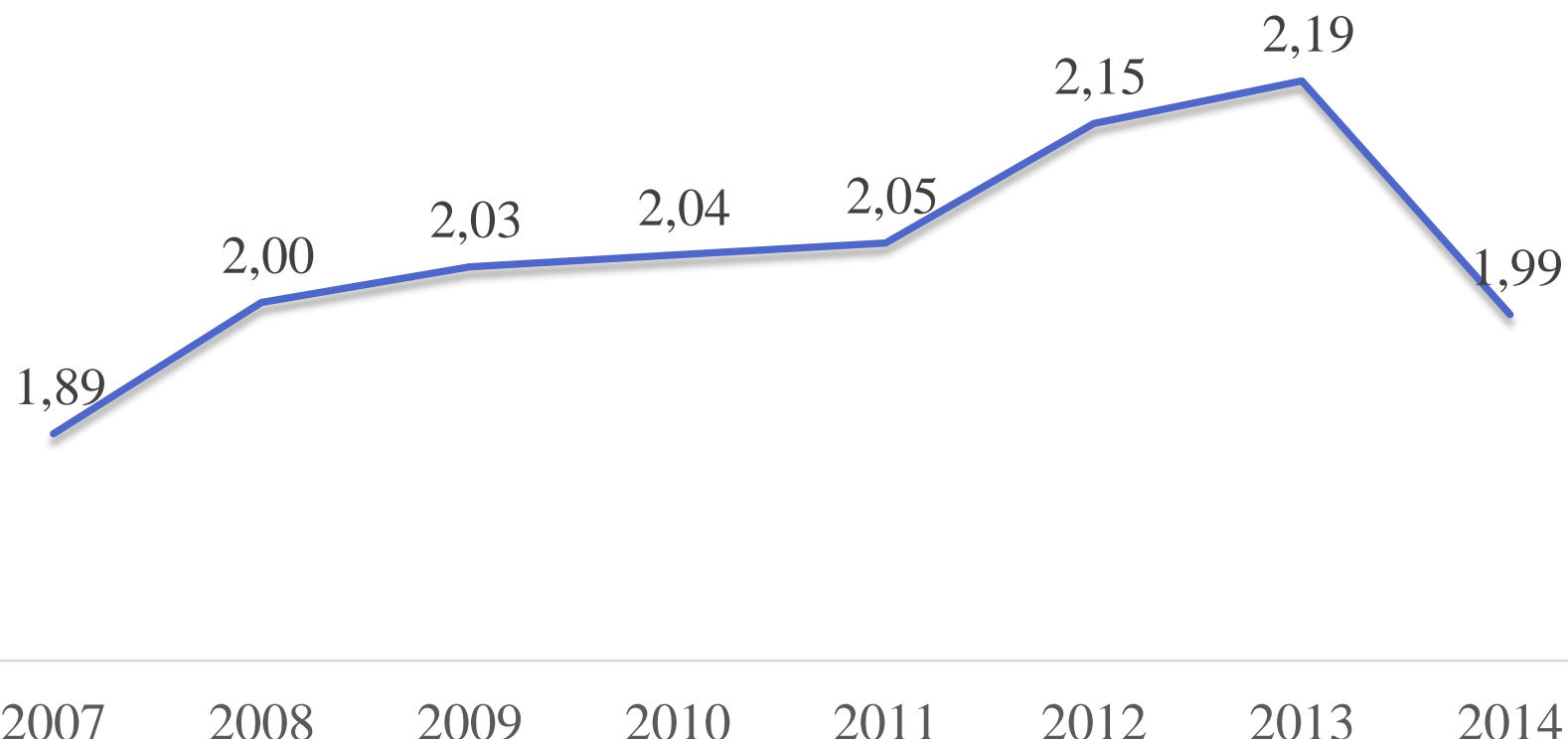
PIB – BRASIL X CEARÁ (2010 – 2014)



Fonte: IPECE e IBGE



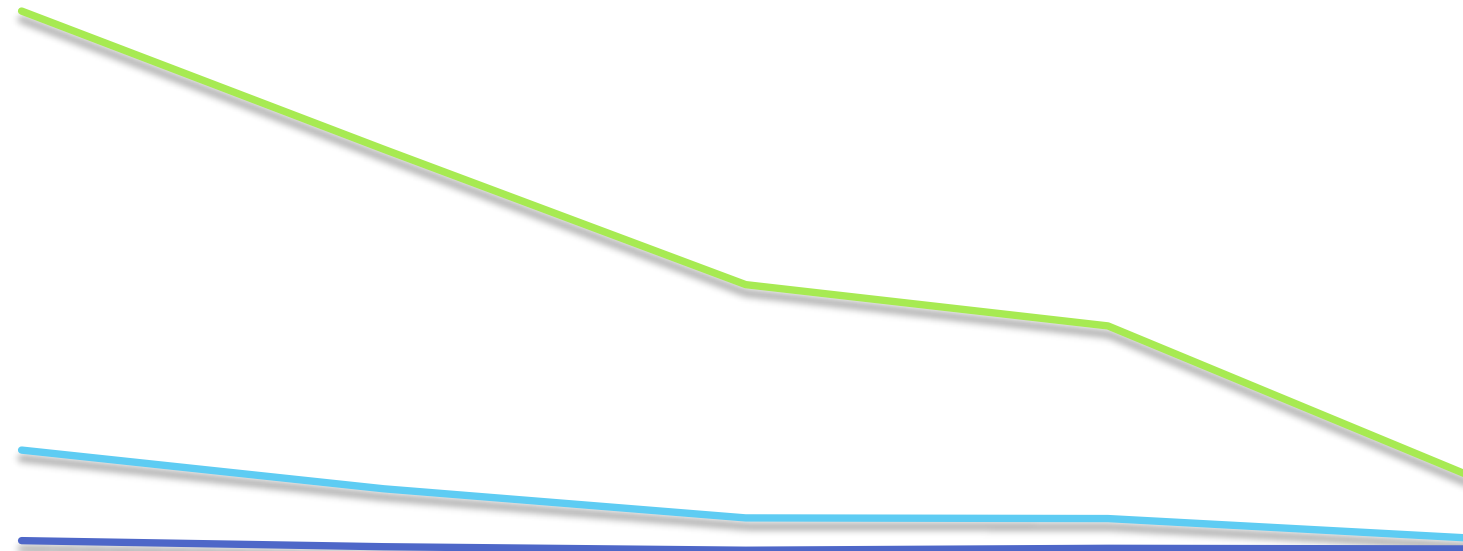
PARTICIPAÇÃO DO PIB CEARÁ NO PIB BRASIL



Fonte: IPECE e IBGE



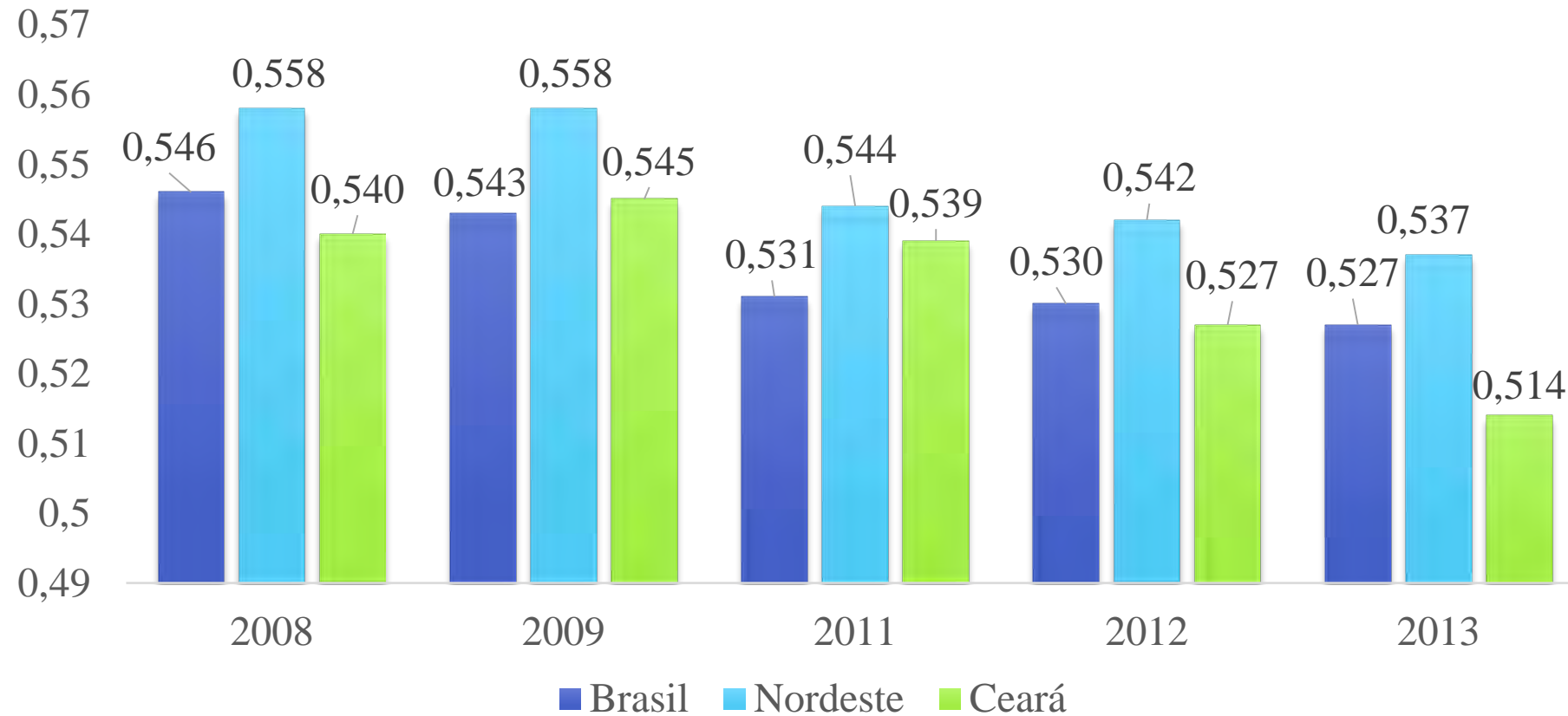
MERCADO DE TRABALHO



	2010	2011	2012	2013	2014
—Ceará	86.306	57.054	40.882	50.206	47.372
—Nordeste	521.494	336.084	195.758	193.316	99.522
—Brasil	2.629.827	1.966.449	1.315.577	1.117.171	396.993

Fonte: CAGED/MTE

ÍNDICE DE GINI*

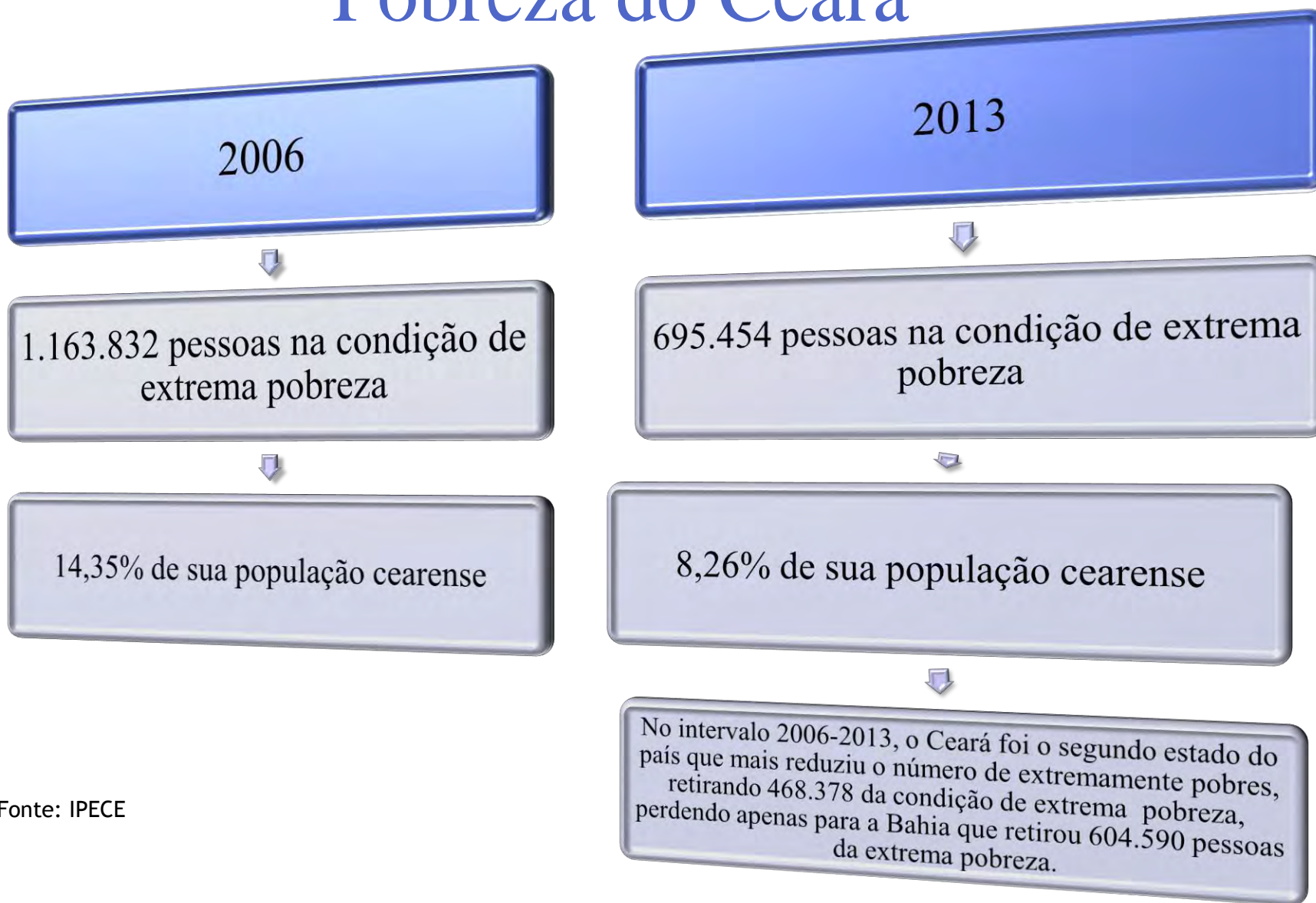


Fonte: IPEA

* Não houve divulgação oficial do índice de Gini para o exercício de 2010



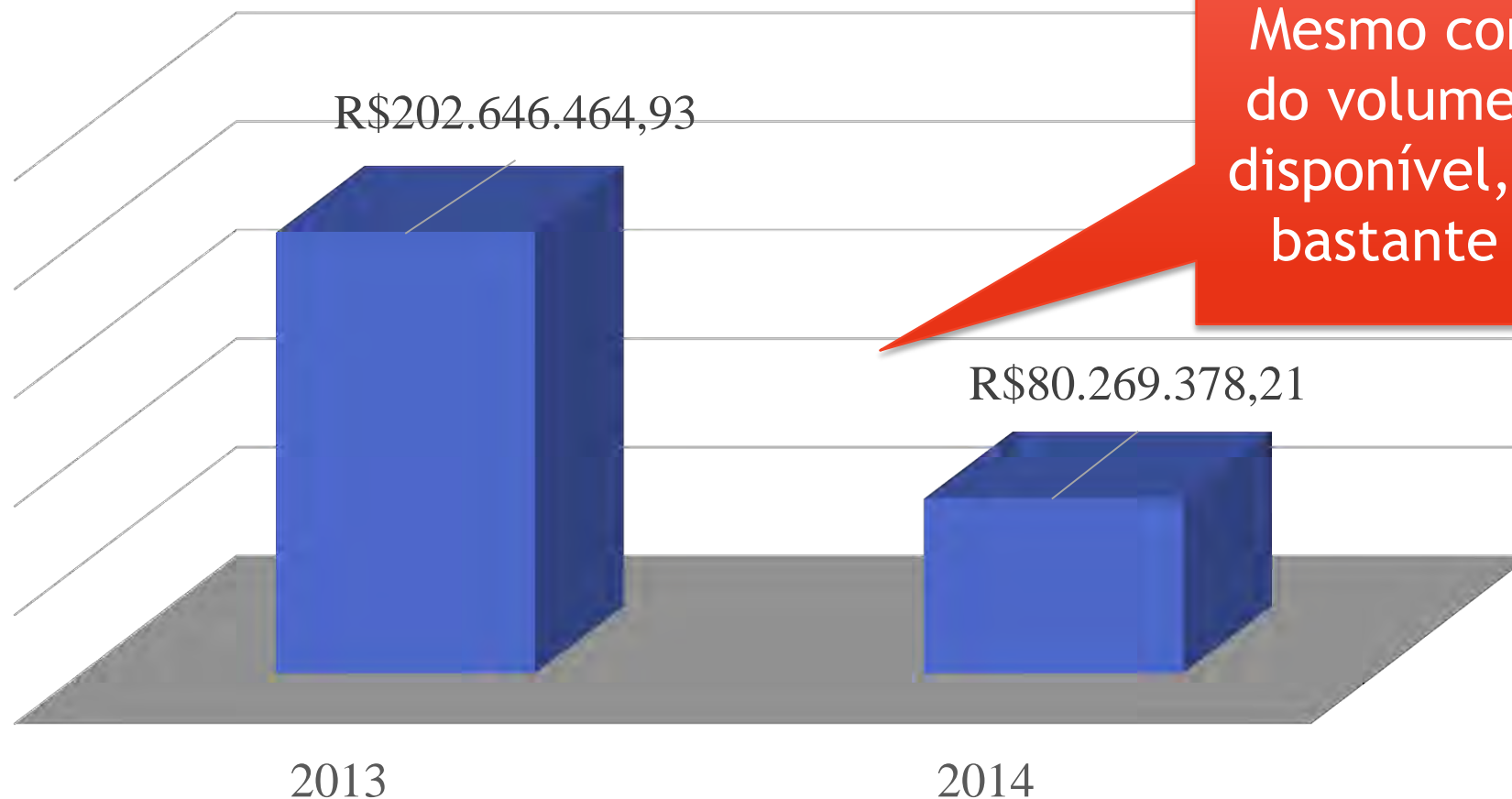
Pobreza do Ceará



Fonte: IPECE



Disponibilidade de Caixa Líquida – Recursos do FECOP



Fonte: RGF



Ocorrências/Ressalvas

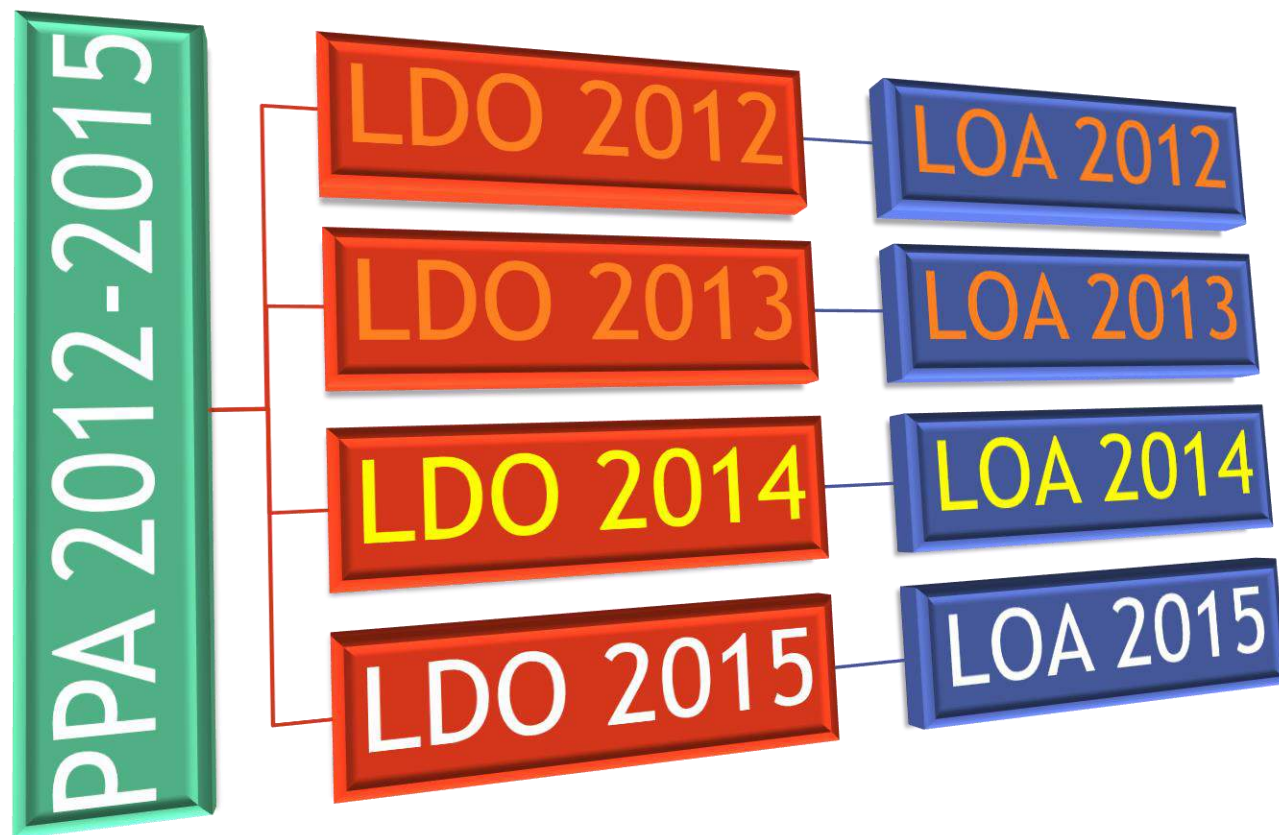
- Existência de disponibilidade de caixa líquida expressiva de recursos do FECOP ao final do exercício.



INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO / EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



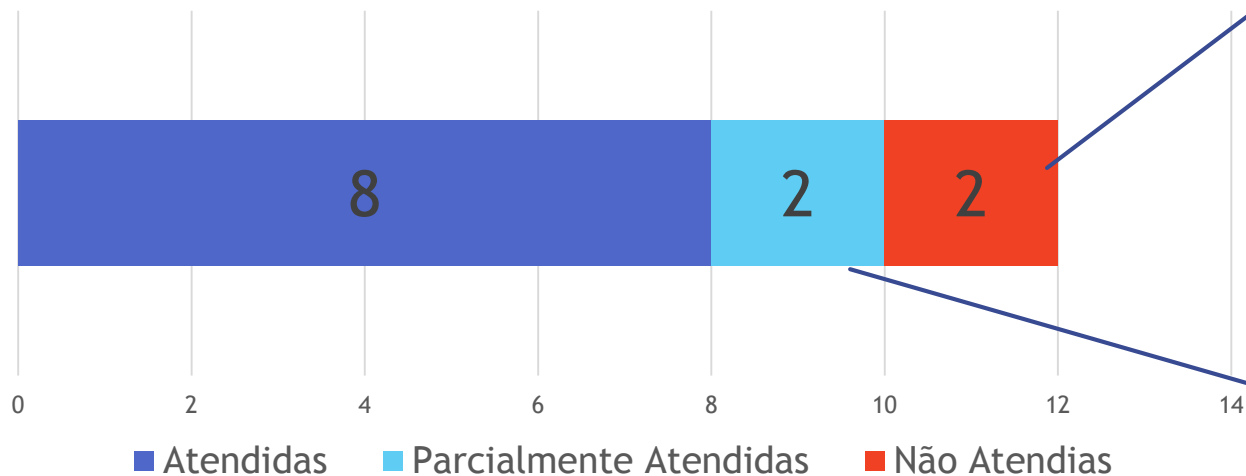
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



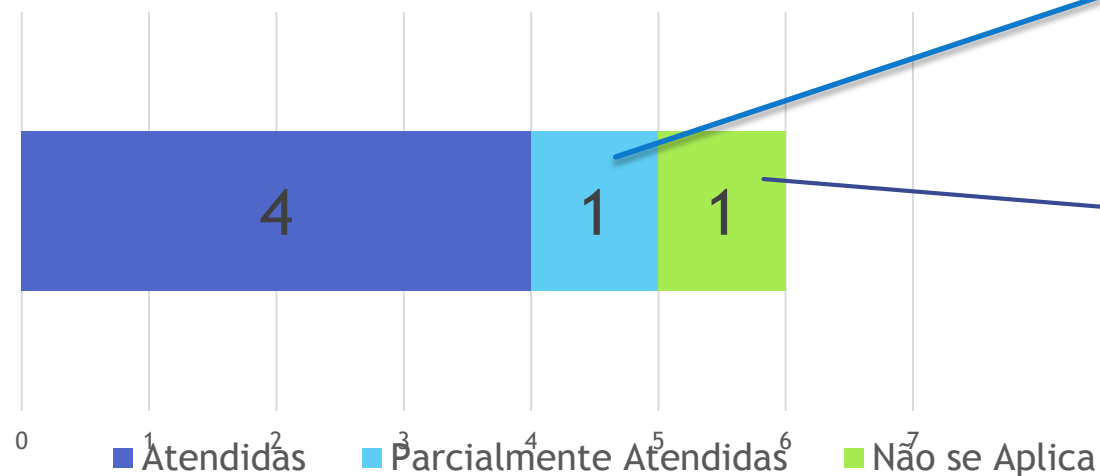


EXIGÊNCIAS DA LRF

Nº de Exigências da LRF - LDO



Nº de Exigências da LRF - LOA



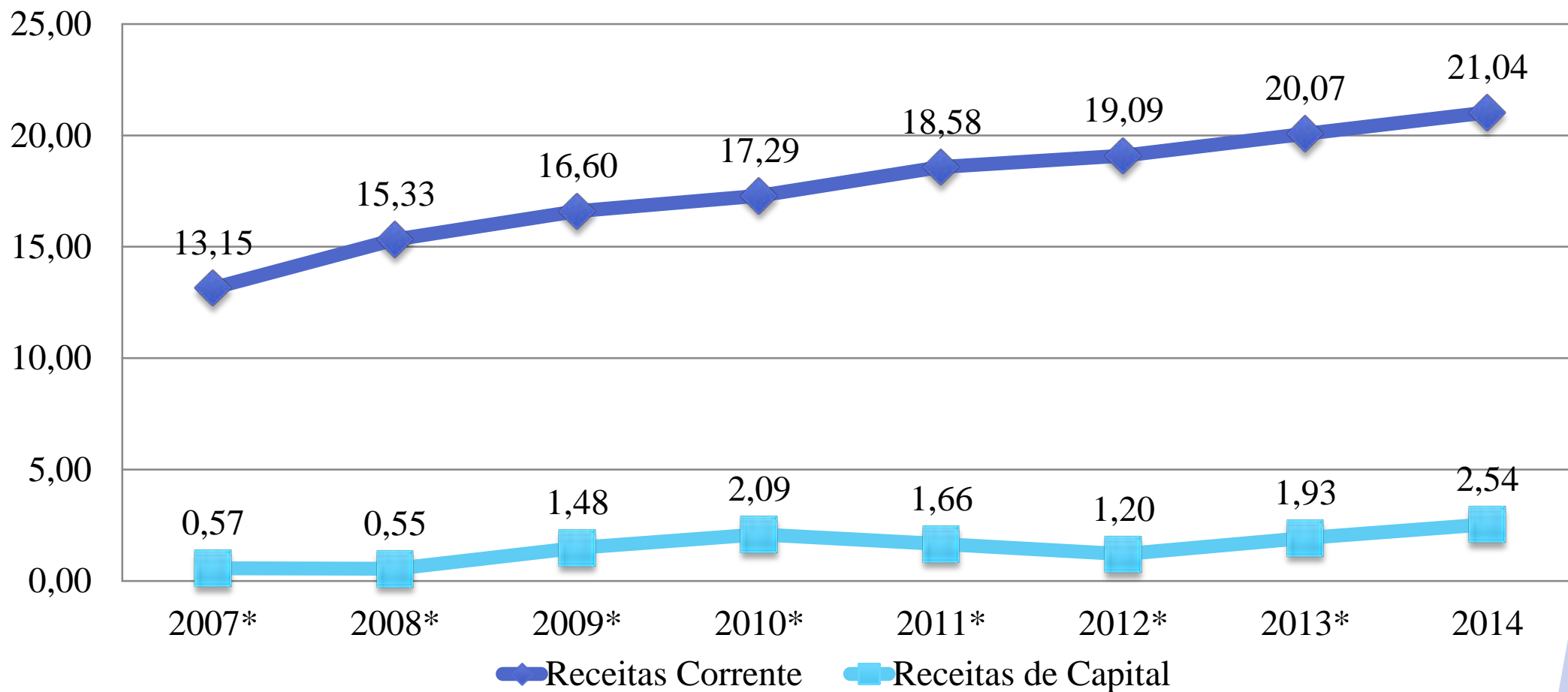
- Normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos (art. 4º, I, e).
- Medidas de combate à evasão e a sonegação (art. 13).

- Ausência de valor para Passivos Contingentes no Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 1º).
- Não apresentação de previsão e compensação da renúncia de receitas no Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e 2º). Res TCE 0744/2013.

- Limite da atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada (art. 5º, § 3º) não é aplicável, uma vez que a dívida estadual é de natureza contratual e não mobiliária.



EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO DE 2007 A 2014 (R\$ Bilhões)



* Valores atualizados - fator de correção IGP-DI
Contas de Governo - 2014- Relatora: Soraia Victor

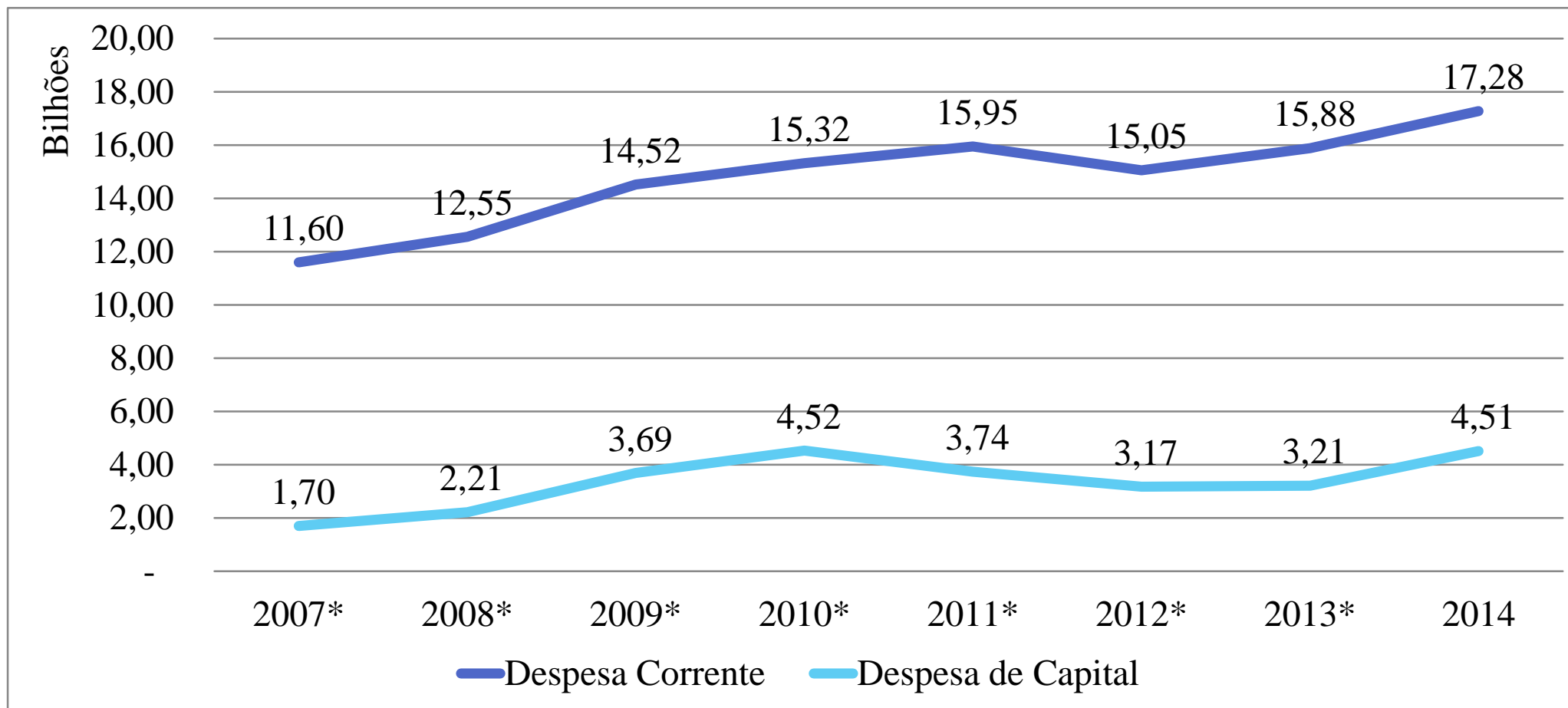


RECEITA ARRECADADA (R\$ 21,065 BILHÕES)

Categoria Econômica	Realizado Bruto (a)	Dedução FUNDEB (b)	Realizado Líquido (a - b)
RECEITA CORRENTE	21.035.389.403,43	-2.509.994.584,21	18.525.394.819,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.079.059.621,03	-1.418.818.718,42	9.660.240.902,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.361.596.574,52	-	1.361.596.574,52
RECEITA PATRIMONIAL	417.814.290,30	-	417.814.290,30
AGROPECUÁRIA	-	-	-
INDUSTRIAL	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	53.399.263,54	-	53.399.263,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.469.423.287,98	-1.074.805.093,96	6.394.618.194,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	654.096.366,06	-16.370.771,83	637.725.594,23
RECEITAS DE CAPITAL	2.540.214.663,20	-	2.540.214.663,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.746.799,08	-	1.633.746.799,08
ALIENAÇÃO DE BENS	5.955.846,12	-	5.955.846,12
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	500,00	-	500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	831.649.000,97	-	831.649.000,97
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	68.862.517,03	-	68.862.517,03
TOTAL	23.575.604.066,63	-2.509.994.584,21	21.065.609.482,42



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTE E DE CAPITAL (2007 – 2014)



* Valores atualizados - fator de correção IGP-DI
Contas de Governo - 2014- Relatora: Soraia Victor



DESPESA ORÇAMENTÁRIA, POR CATEGORIA E GRUPO

Especificações	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Executado (C)	Realização (%) (C)/(B)
Despesas Correntes	16.495.130.723,34	17.885.760.855,53	17.277.833.219,52	96,60%
Pessoal E Encargos Sociais	8.998.386.033,76	9.276.211.596,05	9.126.569.849,74	98,39%
Juros e Encargos da Dívida	310.127.610,00	303.763.891,17	297.663.290,94	97,99%
Outras Despesas Correntes	7.186.617.079,58	8.305.785.368,31	7.853.600.078,84	94,56%
Despesas de Capital	5.116.113.470,09	7.446.948.583,97	4.505.681.934,86	60,50%
Investimentos	4.476.075.860,09	6.360.347.233,70	3.475.765.085,85	54,65%
Inversões Financeiras	147.362.294,00	484.804.514,91	434.100.868,47	89,54%
Amortização da Dívida	492.675.316,00	601.796.835,36	595.815.980,54	99,01%
Total	21.611.244.193,43	25.332.709.439,50	21.783.515.154,38	85,99%

Fonte: Base de dados da Execução Orçamentária.
Excluída a Reserva de Contingência, no valor de R\$ 2.325.279,00

**COMPARATIVO DA DESPESA DE PESSOAL DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO COM A DESPESA
COM PESSOAL POR ÓRGÃO / ENTIDADE EM 2014 (R\$ 1,00)**



Órgão/Entidade	Outras Desp. de Pessoal Decorrente de Contrato de Terceirização (a)	Pessoal e Encargos Sociais (b)	% (a/b)
Hospital Geral de Fortaleza	88.266.265,79	17.518.995,94	503,83%
Hospital Infantil Dr. Albert Sabin	36.556.650,75	10.260.500,62	356,29%
Hospital De Messejana	58.741.142,24	18.529.209,65	317,02%
Hospital Geral Militar	7.777.861,00	2.590.278,18	300,27%
Hospital De Saúde Mental De Messejana	4.573.118,01	1.987.641,92	230,08%
Hospital Geral Cesar Cals De Oliveira	23.210.156,50	11.537.590,91	201,17%
Decima Primeira Microrregional De Sobral	197.974,70	124.300,00	159,27%
Hospital São Jose	7.522.185,04	4.872.809,25	154,37%
Decima Oitava Microrregional De Iguatu	119.664,19	99.400,00	120,39%
Centro De Hematologia E Hemoterapia Do Ceara	7.400.070,38	7.511.024,26	98,52%
Quarta Microrregião de Baturité	78.064,42	80.200,00	97,34%
Superintendência de Obras Hidráulicas	2.958.572,57	3.086.448,43	95,86%
Departamento Regional De Fortaleza	114.348,30	139.200,00	82,15%
Centro Integrado de Diabetes E Hipertensão	396.255,31	506.474,00	78,24%
Centro Especializado De Odontologia	825.471,81	1.285.729,01	64,20%
Ceo Rodolfo Teófilo	169.014,82	319.102,92	52,97%
Centro Odontológ. Tipo II CEO Joaquim Távora	262.972,52	598.697,21	43,92%
Posto de Assistência Medica Do Meireles	237.606,47	578.118,80	41,10%

LIMITE DE ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES



Despesa fixada na LOA para as fontes de Recursos do Tesouro (I)	15.501.133.035,25
Limite de 25% para abertura de créditos suplementares (II) = (I)*0,25 ⁽¹⁾	3.875.283.258,81
Abertura de Créditos Suplementares (III)	3.199.563.234,81
Percentual de abertura dos créditos suplementares (IV) = (III/I)*100	20,64%

(1) – Limite estabelecido no inciso I, art. 6º, da Lei 15.495/2013 (LOA 2014);



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Ausência, na LDO, das **normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados** dos programas, conforme prevê o art. 4º, I, e, da LRF;
- Ausência do **demonstrativo de que trata o art. 13 da LRF**, evidenciando a quantidade e os valores relativos a ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como à evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa;
- Ausência de valor no **Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Publicação das **metas bimestrais de arrecadação** e do **cronograma mensal de desembolso** fora do prazo legal;
- Não evidenciação de Passivo Contingente no Anexo de Riscos Fiscais da LDO;
- Evidenciação, na página eletrônica da SEFAZ, das transferências constitucionais repassadas aos municípios em valores divergentes dos constantes na base de dados contábeis;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Ausência de controle contábil da Receita por fonte de recurso;
- Previsão legal na LDO que permite a reversão da reserva de contingência para utilização em finalidades diversas da estabelecida no art. 5º da LRF;
- Utilização da Reserva de Contingência em desacordo com o definido na LRF e na LDO 2014.

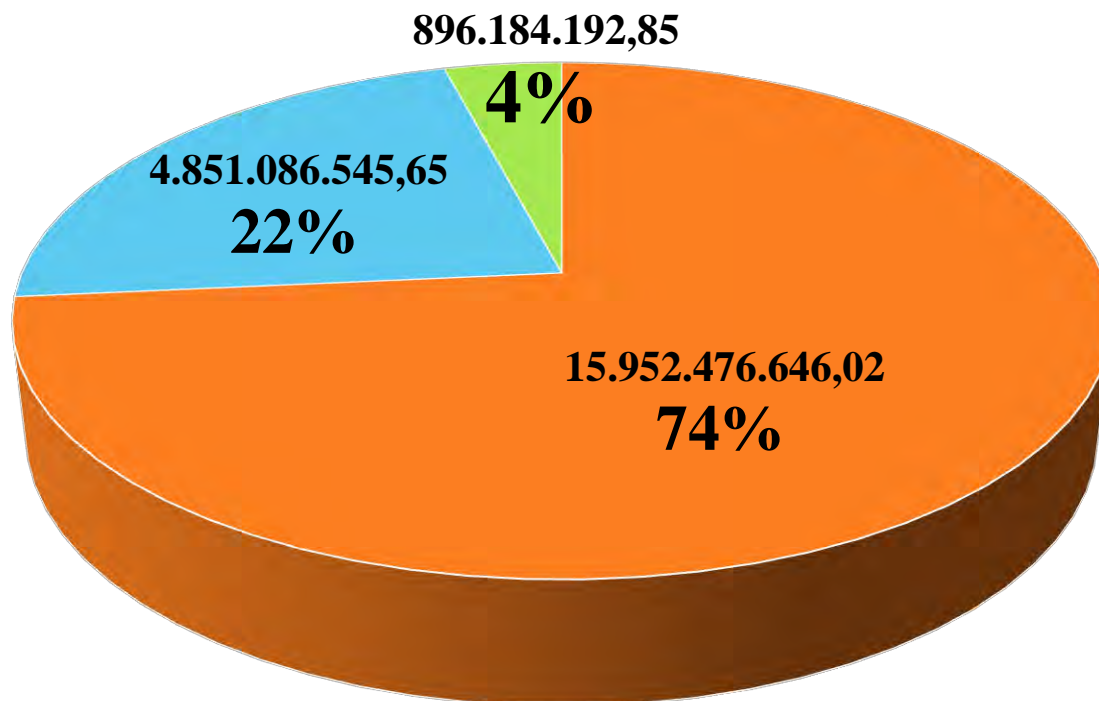


GASTOS REALIZADOS MEDIANTE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE





DESPESAS NÃO LICITÁVEIS, LICITADAS E CONTRATAÇÕES DIRETAS



- DESAPESAS NÃO LICITÁVEIS (I)
- DESAPESAS LICITADAS (II)
- DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (III)

LICITAÇÃO POR PODER E MODALIDADE



MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PODER EXECUTIVO	%
1. Carta convite	56.645.425,22	1%
2. Tomada de preços	20.476.851,02	0%
3. Concorrência	1.995.850.467,77	36%
4. Licit. Internacional	180.869.967,74	3%
5. Regime diferenciado de contratação	172.728.980,98	3%
6. Pregão	2.235.813.970,39	41%
6.1 pregão eletrônico	2.235.343.222,29	41%
6.2 pregão presencial	470.748,10	0%
7. Registro de preço	4.526.729,89	0%
TOTAL DESPESAS MEDIANTE LICITAÇÃO (1+2+3+4+5+6+7)	4.666.912.393,01	85%
8. Dispensa	390.450.775,83	7%
9. Inexigibilidade	437.259.633,88	8%
TOTAL DISPENSA + INEXIGIBILIDADE (8+9)	827.710.409,71	15%
TOTAL DAS DESPESAS COM OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS (1+2+3+4+5+6+7+8+9)	5.494.622.802,72	100%



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Classificação indevida de despesas que, por natureza, não poderiam ser classificadas como gastos passíveis de licitação, vez que correspondem a operações não licitáveis;
- Classificação de despesas em modalidade de licitação inadequada como Concurso, Regime Diferenciado de Contratação e Pregão.



TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS



TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS



DESCRIÇÃO	2013*	2014	Var. %
Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	752.785.535,90	922.939.812,64	23%
Municípios - Fundo a Fundo	135.327.292,94	274.113.885,35	103%
Municípios - Convênios	146.232.662,67	257.644.138,74	76%
Consórcios Públicos	77.356.931,36	104.755.042,04	35%
Instituições Privadas com Fins Lucrativos	9.408.194,03	12.315.021,69	31%
Execução Orçament. Delegada a Municípios	341.982,85		-100%
TOTAL	1.121.452.599,75	1.571.767.900,46	40%

Fonte: Base de Dados do S2GPR

(*) Valor corrigido pelo IGPD-I de dezembro de 2014 (índice=1,0378)



TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

DESCRIÇÃO	2013*	2014	Var%
Organizações Sociais - Contrato de Gestão	516.486.890,75	664.178.765,75	29%
Convênios	223.096.881,76	242.273.915,95	9%
Instituições de Caráter Assistencial, Médica, Cultural e Educacional	7.954.636,77	10.352.930,94	30%
OSCIP's - Termo de Parceria	5.247.126,62	6.134.200,00	17%
TOTAL	752.785.535,90	922.939.812,64	23%

Fonte: Base de Dados do S2GPR

(*) Valor corrigido pelo IGPD-I de dezembro de 2014 (índice=1,0378)

OS 20 FUNDOS MAIS BENEFICIADOS POR TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO EM 2014



MUNICÍPIO/FUNDO	Valor (R\$)	%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORTALEZA	71.213.471,53	25,98%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	15.065.895,38	5,50%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBALHA	12.675.726,46	4,62%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATO	8.496.851,55	3,10%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUATU	7.225.613,87	2,64%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS	6.718.333,92	2,45%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIPOCA	6.394.687,99	2,33%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAUCAIA	6.225.918,86	2,27%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXADA	6.059.110,86	2,21%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANINDE	6.030.436,97	2,20%
FUNDO MUNICIPAL SAUDE JUAZEIRO DO NORTE	5.979.931,60	2,18%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAUVA	5.931.778,14	2,16%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO SANTO	5.444.429,83	1,99%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIANGUA	5.202.708,51	1,90%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUSSAS	5.188.002,11	1,89%
FUNDO MUNIC SAUDE DE LIMOEIRO DO NORTE	5.114.553,08	1,87%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARANGUAPE	5.050.238,63	1,84%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICO	4.031.032,52	1,47%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARAU	4.018.159,58	1,47%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM	3.906.877,46	1,43%
FUNDO MUNICIPAL DE ARACOIABA	3.710.516,36	1,35%

OS 20 MUNICÍPIOS MAIS BENEFICIADOS COM TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS



Município	Valor Transf
FORTALEZA	36.990.964,27
VIÇOSA DO CEARA	16.222.370,92
GRANJA	10.530.046,67
BREJO SANTO	7.105.277,24
TAUÁ	6.805.630,08
QUIXERAMOBIM	6.664.004,68
TAMBORIL	4.712.913,48
QUIXERÉ	4.647.221,24
IGUATU	3.756.431,51
CAMOCIM	3.736.803,96
HORIZONTE	3.642.535,64
SOBRAL	3.290.193,79
NOVO ORIENTE	3.268.024,31
VARJOTA	3.164.794,98
TIANGUÁ	3.156.250,00
CAMPOS SALES	3.089.320,85
JAGUARIBE	3.080.267,49
VARZEA ALEGRE	2.841.066,57
GUARACIABA DO NORTE	2.807.175,38
UBAJARA	2.634.855,76

TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá	8.784.443,78
Consórcio Público de Saúde Interfederativo do Vale do Curu	7.612.889,05
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim	6.178.628,93
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de de Limoeiro do Norte	5.538.329,55
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Baturité	5.430.449,16
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Ico	5.406.983,87
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	5.315.966,47
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo	5.194.629,60
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá	5.180.300,44
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu	5.121.021,06
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Ibiapaba	5.118.494,47
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	5.065.612,17
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	4.857.103,00
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral	4.724.110,88
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas	4.681.994,30
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	4.578.379,30
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte	4.430.938,53
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato	4.348.083,73
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati	4.039.987,91
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	1.656.065,53
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú	1.490.630,31
TOTAL	104.755.042,04

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS



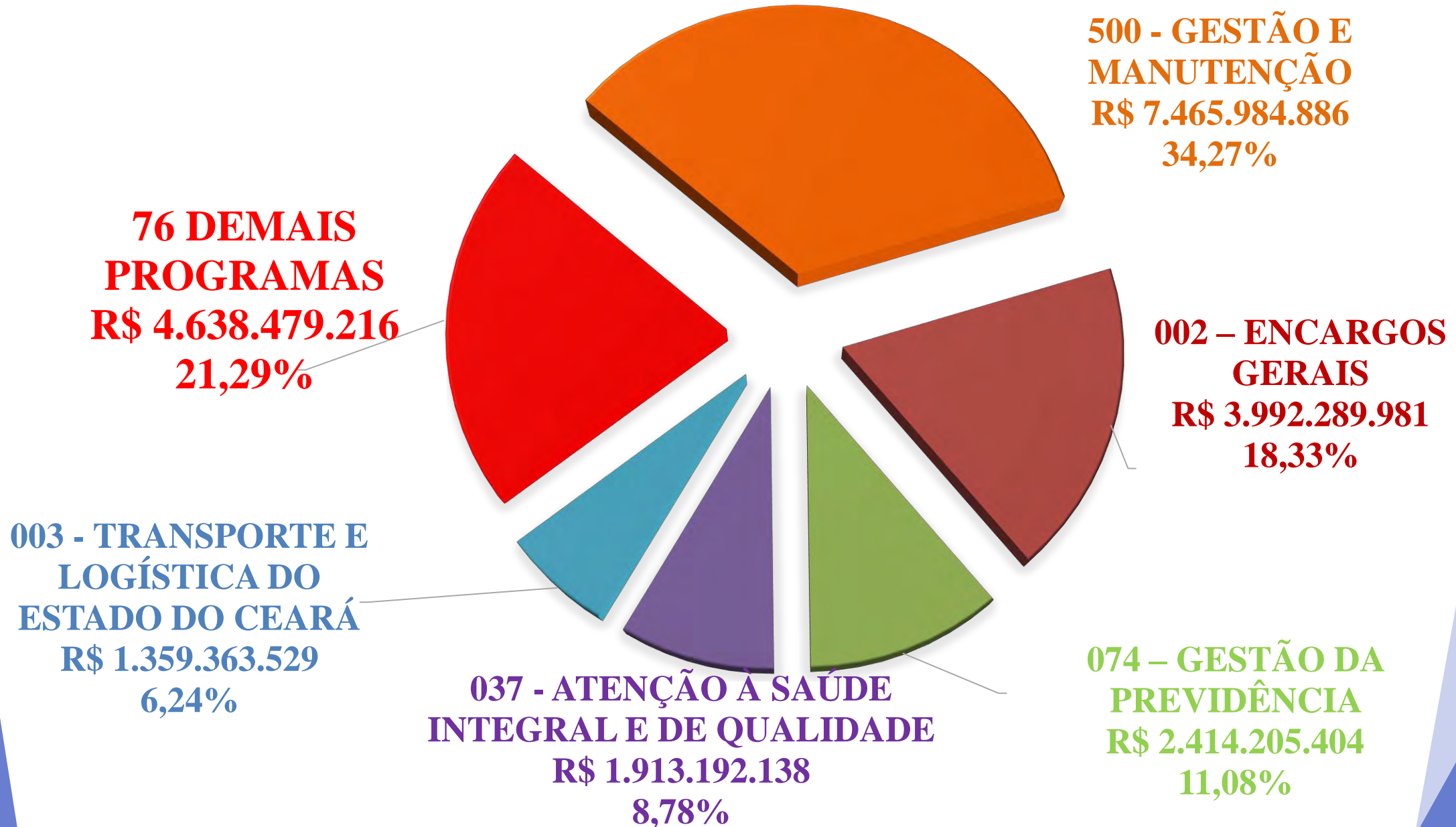
- Falha na classificação orçamentária de despesas relacionadas às Transferências Financeiras a Entidades Públicas e Privadas.



PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS



5 PROGRAMAS MAIS REPRESENTATIVOS





PROGRAMAS 037 E 003 X ÁREAS FINALÍSTICAS

037 – ATENÇÃO Á SAÚDE [...]

R\$ 1.913.192.138

8,78%

003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA

R\$ 1.359.363.529

6,24%



EDUCAÇÃO BÁSICA

R\$ 822.019.235

3,77%

RECURSOS HÍDRICOS
R\$ 410.009.148



SEGURANÇA PÚBLICA

R\$ 344.112.520

1,88%

1,58%

DESENV. SOCIAL E TRABALHO
R\$ 125.447.233

0,58%





NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA

Faixas de Execução	Quantidade
Ausência de execução orçamentária	1
De 0,1% a 75% de execução	37
Acima de 75,01% de execução	41
TOTAL*	79*

46,83%

51,89%

*Excluído o Programa 011 - Cidadania Fiscal por ter previsão atualizada de R\$ 0,00 e o Programa 999 - Reserva de Contingência.

NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA - PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS -



- 037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade, **90,67%**



- 015 - Segurança Pública Integrada, **90,30%**



- 049 - Trabalho, Emprego e Renda, **85,44%**



- 073 - Organização e Gestão da Educação Básica, **81,20%**



NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA - PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS -



➤ 025 - Enfrentamento às Drogas, **78,76%**



➤ 050 - Assistência social , **78,36%**

➤ 039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água, **75,29%**

➤ 040 - Acumulação Hídrica, **34,80%**



ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE METAS FÍSICAS



➤ Segundo informações da SEPLAG obteve-se...

Faixas de Execução Física	Quantidade
Ausência de realização	162 (34,61%)
De 0,1% a 75% de realização física	114 (24,36%)
Acima de 75,01% de realização física	192 (41,02%)
TOTAL	468

➤ 306 (65,38%)

▶ IMF's **exorbitantes** de 61 metas (211,43% a 113.825%)





PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Baixo índice de execução do Programa 040 – ‘Acumulação Hídrica’, de extrema importância no combate à seca;
- Distorções materiais em parcela significativa das metas do Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I) da LDO;
- Ausência de ferramenta de acompanhamento sistemático para monitoramento da realização das metas físicas;
- Desempenho desfavorável de indicadores setoriais ligados às Áreas da Segurança Pública e dos Recursos Hídricos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





INDICADORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (R\$ Mil)

Descrição	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Diferença (b-a)
Receitas	23.970.646	21.065.609	-2.905.037
Despesas	25.335.035	21.783.515	-3.551.520
Resultado Orçamentário	-1.364.388	-717.906	

Arrecadação a Menor

Déficit de Previsão

Déficit de Execução

Economia Orçamentária



INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO (R\$ Mil)

Ingressos		Dispêndios	
Receita orçamentária	21.065.609	Despesa orçamentária	21.783.515
Transferências recebidas	18.692.733	Transferências concedidas	18.692.809
Recebimentos extraorçamentários	8.530.657	Pagamentos extraorçamentários	8.466.735
Inscrição de restos a pagar	544.804	Pagamento de restos a pagar	688.347
Valores Restituíveis	7.985.853	Dispêndios Extraorçamentários	7.778.388
Saldo em espécie do exerc. Anterior	3.375.618	Saldo em espécie p/ o exerc. Seguinte	2.721.558
Total	51.664.617	Total	51.664.617

Redução das Disponibilidades durante o exercício.



BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO (R\$ Mil)

ATIVO	
Ativo circulante	4.183.837
Ativo não circulante	24.425.670
Total do Ativo:	28.609.508

- Diferença **a menor** entre o saldos apresentados nos extratos bancários e aqueles apresentados na contabilidade de, pelo menos, **R\$ 290,8 milhões**;
- Falta de provisão para perda dos Créditos da Dívida Ativa a curto prazo.
- Existência de Contas Genéricas: “Outros Créditos a Receber”.

- 7.056 imóveis, dos quais 2635 (37,4%) estão registrados a R\$ 1,00 (um real), e 1.591 imóveis (22,5%) estão registrados a R\$ 0,00.



BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO (R\$ MIL)

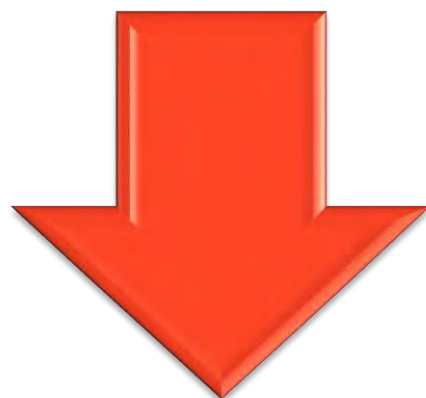
PASSIVO	
Passivo circulante	687.219
Passivo não circulante	8.501.097
Patrimônio líquido	19.421.192
Total do Ativo:	28.609.508

- A dívida com precatório não foi devidamente segregada em curto e longo prazos;
- Não foi evidenciado o valor das provisões matemáticas previdenciárias dos Regimes de Previdência, conforme estabelece a LC Estadual nº 123/2013.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



Variações
Patrimoniais
Aumentativas
(R\$ 41,5 bilhões)



Variações
Patrimoniais
Diminutivas (R\$
38,8 Bilhões)

=

**Resultado
Patrimonial
R\$ 2,67 Bilhões**



EMPRESAS DEPENDENTES SOB A ÓTICA DA LRF

- ▶ O Estado do Ceará considera como estatais não dependentes as seguintes empresas:
 - ▶ Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE;
 - ▶ Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE;
 - ▶ Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS;
 - ▶ Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos - METROFOR;
 - ▶ Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS;
 - ▶ Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA;
 - ▶ Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH; e
 - ▶ Empresa Adm. da Zona de Processamento de Exp. de Pecém - EMAZP.
- ▶ Pela análise da Comissão Especial foram consideradas como estatais dependentes: ADECE e METROFOR.



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Subavaliação de bens imóveis do Estado;
- Empresas estatais dependentes de recursos do tesouro estadual nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal, não incluídas no orçamento fiscal;
- Divergência entre o Anexo 1 do Balanço Orçamentário e o Anexo da Dívida Flutuante (Anexo XVII da 4.320/64);
- Não apresentação, nas notas explicativas, da metodologia de cálculo utilizada para estimar provisões de perda;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- A dívida com precatório não foi devidamente segregada em curto e longo prazos;
- Não foi apresentado o quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial;
- Não foi evidenciado no Balanço Patrimonial as deduções para perda dos Créditos da Dívida Ativa;
- Contas no Balanço Patrimonial com denominações genéricas contendo saldos expressivos;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Não foi evidenciado, no Balanço Patrimonial consolidado, o valor das provisões matemáticas previdenciárias dos Regimes de Previdência.



LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS





Aplicação na MDE

- **Limite Mínimo: 25,00%**
- Percentual Aplicado (SEFAZ): 27,61%
- Percentual Aplicado (TCE) :27,59%

Divergências no Cálculo:

- Retirada de Despesas que não se inserem nas despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, segundo a LDB.



Aplicação do FUNDEB com Profissionais do Magistério

- **Limite Mínimo: Federal - 60% / Estadual - 80%**
- Percentual Aplicado (SEFAZ): 80,14%
- Percentual Aplicado (TCE): 80,14%



Aplicação em Saúde

- Limite Mínimo: 12,00%
- Percentual Aplicado (SEFAZ): 16,42%
- Percentual Aplicado (TCE) :16,24%

Divergências no Cálculo:

- Retirada de despesas não relacionadas a ASPS;
- Retirada de despesas com transferências aos Consórcios Públicos de Saúde cujas aplicações não foram comprovadas, conforme a portaria 72/2012 da STN.



Aplicação da Rec. Tributária com Investimentos

- Limite Mínimo: 20,00%
- Valor Aplicado: 12,62%



Aplicação em Investimento no Interior do Estado

- Limite Mínimo: 50,00%
- Valor Aplicado: 43,61%



Aplicação no Fundo de Financiamento do Setor Produtivo

- Limite Mínimo: 50% dos recursos destinados ao setor produtivo
- Valor Aplicado: 0,00%



Aplicação de Recursos na FUNCAP

- Limite Mínimo: 2% da Receita Tributária
- Valor Aplicado: 0,44%





PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Não atendimento de limites definidos na Constituição Estadual;
- Cômputo de despesas não relacionadas à MDE e à ASPS no cálculo dos limites constitucionais de Saúde e Educação;
- Não elaboração de quadros complementares obrigatórios nos Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE e com ASPS;



GESTÃO FISCAL





Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Déficit Orçamentário (SEFAZ) R\$ 282,61 Milhões

Déficit Orçamentário (TCE) R\$ 717,9 Milhões

Divergências no Cálculo:

- Apuração do resultado orçamentário constante no Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, do último bimestre, considerando as despesas liquidadas quando deveria ser a empenhada.



DISPONIBILIDADE DE CAIXA E ART.42 DA LRF.

- Ausência de controles contábeis do saldo das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso;
- Ausência de relatório no Sistema S2GPR contendo o saldo dos restos a apagar de exercícios anteriores por fonte / destinação de recursos;
- Não evidencia as fontes / destinação de recursos conforme a codificação e descrição contida no Manual Técnico do Orçamento elaborado pela SEPLAG e a LOA;
- Divergência entre os saldos das disponibilidades de caixa registrados na contabilidade e nos extratos bancários (R\$ 290,83 Milhões).
- Pelos motivos expostos não foi possível emitir opinião sobre o cumprimento, ou não, do art. 42 da LRF.



Despesas com Pessoal sobre a RCL

Limite Máximo: 48,6%

Limite Prudencial: 46,17%

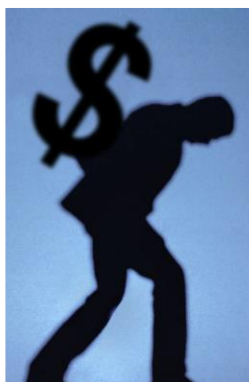
 **Limite Alerta: 43,74%**

Limite (SEFAZ): 44,09%

Limite (TCE): 44,47%

Divergências no Cálculo:

- Cômputo de despesas com pessoal dos consórcios públicos para efeito de apuração do limite de despesa com pessoal do Poder Executivo, de acordo com a portaria 72/2012 da STN.



Limite de Saldo da Dívida Consolidada sobre a RCL

- Limite Máximo: 2 X RCL
- Limite Apurado: 0,42X RCL



Despesas com Amortização e Encargos da Dívida sobre a RCL

- Limite Máximo: 11,50%
- Limite Apurado: 6,20%





Limite Anual de Operações de Crédito sobre a RCL

- Limite Máximo: 16,00%
- Limite Apurado: 11,33%



Limite de ARO sobre a RCL

- Limite Máximo: 7%
- Limite Apurado: 0%





Concessão de Garantias sobre a RCL

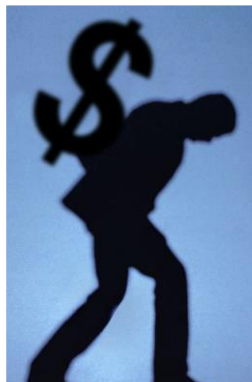
- Limite Máximo: 22,00%
- Limite Apurado: 6,04%



Limite Despesas com PPP sobre a RCL

- Limite Legal: 5,0%
- Limite Apurado: 0,06%





Saldo da Dívida Consolidada Líquida



- Meta Fixada na LDO: R\$ 4,08 Bilhões
- Valor Apurado: R\$ 6,12 Bilhões



Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos



Receita de Alienações: R\$ 5,95 milhões
Aplicação em Despesas de Capital: R\$ 113,26 mil



Meta de Resultado Nominal

- Meta Fixada na LDO: Déficit R\$ 347,05 Milhões
- Valor Apurado: Déficit R\$ 2.144,08 Milhões





RESULTADO PRIMÁRIO 2014





RESULTADO PRIMÁRIO 2014

Resultado Primário de 2014 sem abatimentos - R\$ milhões

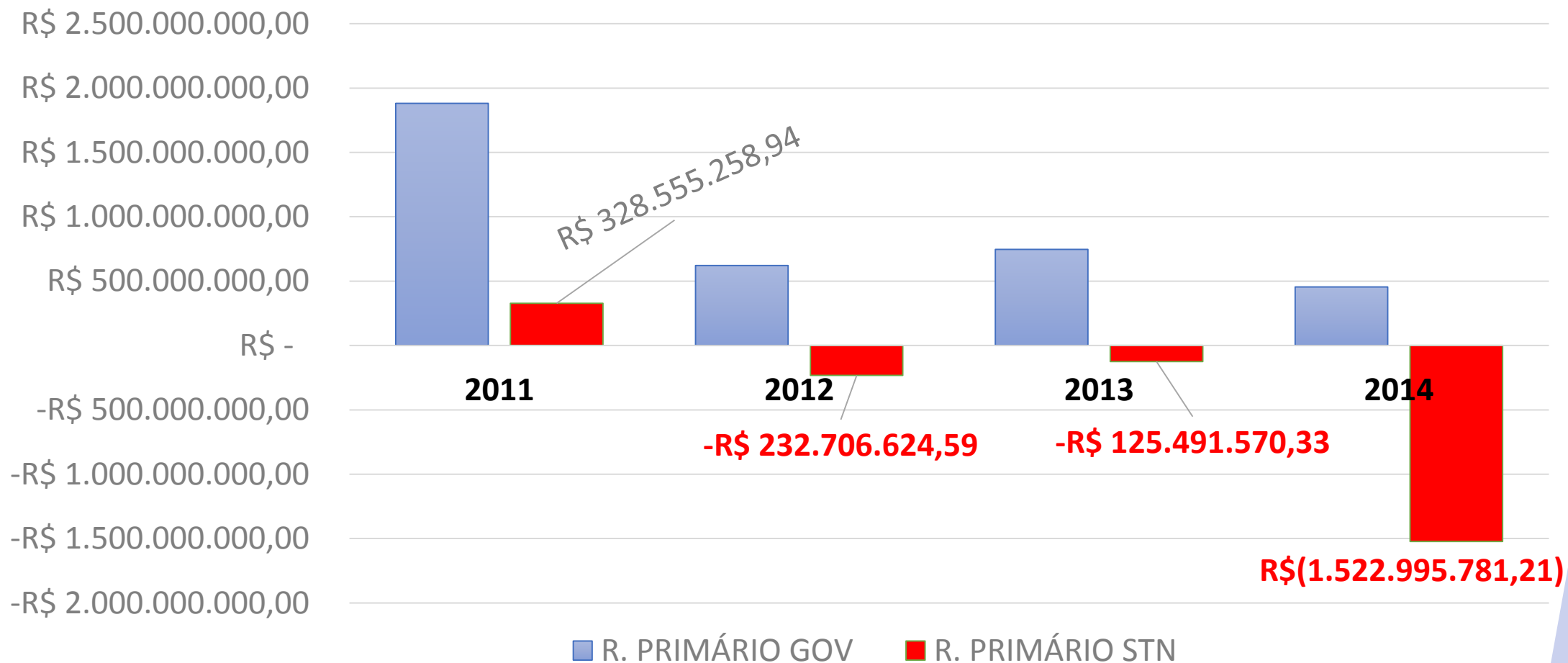
Receita Primária Total	R\$ 19.107.174.455,65
Despesa Primária Total	R\$ 20.630.170.236,86
Déficit Primário CE - 2014	R\$ 1.522.995.781,21

Resultado Primário de 2014 com abatimentos - R\$ milhões

Receita Primária Total	R\$ 19.107.174.455,65
Despesa Primária Total	R\$ 18.651.839.385,80
(-) Investimento em infraestrutura	R\$ 1.545.618.151,19
(-) Sup. Primário excedente 2013	R\$ 432.712.699,87
Superávit Primário CE - 2014	R\$ 455.335.069,85



RESULTADO PRIMÁRIO 2011/2014



	2011	2012	2013	2014
R. PRIMÁRIO GOV	R\$ 1.881.418.972,44	R\$ 621.068.460,20	R\$ 746.171.699,87	R\$ 455.335.069,85
R. PRIMÁRIO STN	R\$ 328.555.258,94	-R\$ 232.706.624,59	-R\$ 125.491.570,33	- 1.522.995.781,21
META PREVISTA LDO	R\$ 13.472.000,00	R\$ 262.000.000,00	R\$ 313.459.000,00	R\$ 347.763.000,00



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Não publicação do RREO (6º Bimestre) e do RGF (3º quadrimestre) de 2014 com dados definitivos nos prazos previstos na legislação;
- Apuração do resultado orçamentário constante no Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, do último bimestre, considerando as despesas liquidadas;
- A despesa com pessoal dos consórcios públicos dos quais o Estado participa não foi considerada no cálculo da despesa com pessoal;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Falha na segregação de Receitas, de Despesas e de Disponibilidades do FUNAPREV, do PREVID e do PREVMILITAR, em desatendimento à LC 123/2013;
- A Metodologia de apuração do Resultado Primário prevista na LDO diverge da definida no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Ausência de controles contábeis do saldo das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso;



PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS/RESSALVAS

- Ausência de relatório no Sistema S2GPR contendo o saldo dos restos a pagar de exercícios anteriores por fonte / destinação de recursos;
- Não evidencia as fontes / destinação de recursos conforme a codificação e descrição contida no Manual Técnico do Orçamento elaborado pela SEPLAG e a LOA;
- Divergência entre os saldos das disponibilidades de caixa registrados na contabilidade e nos extratos bancários (R\$ 290,83 Milhões).

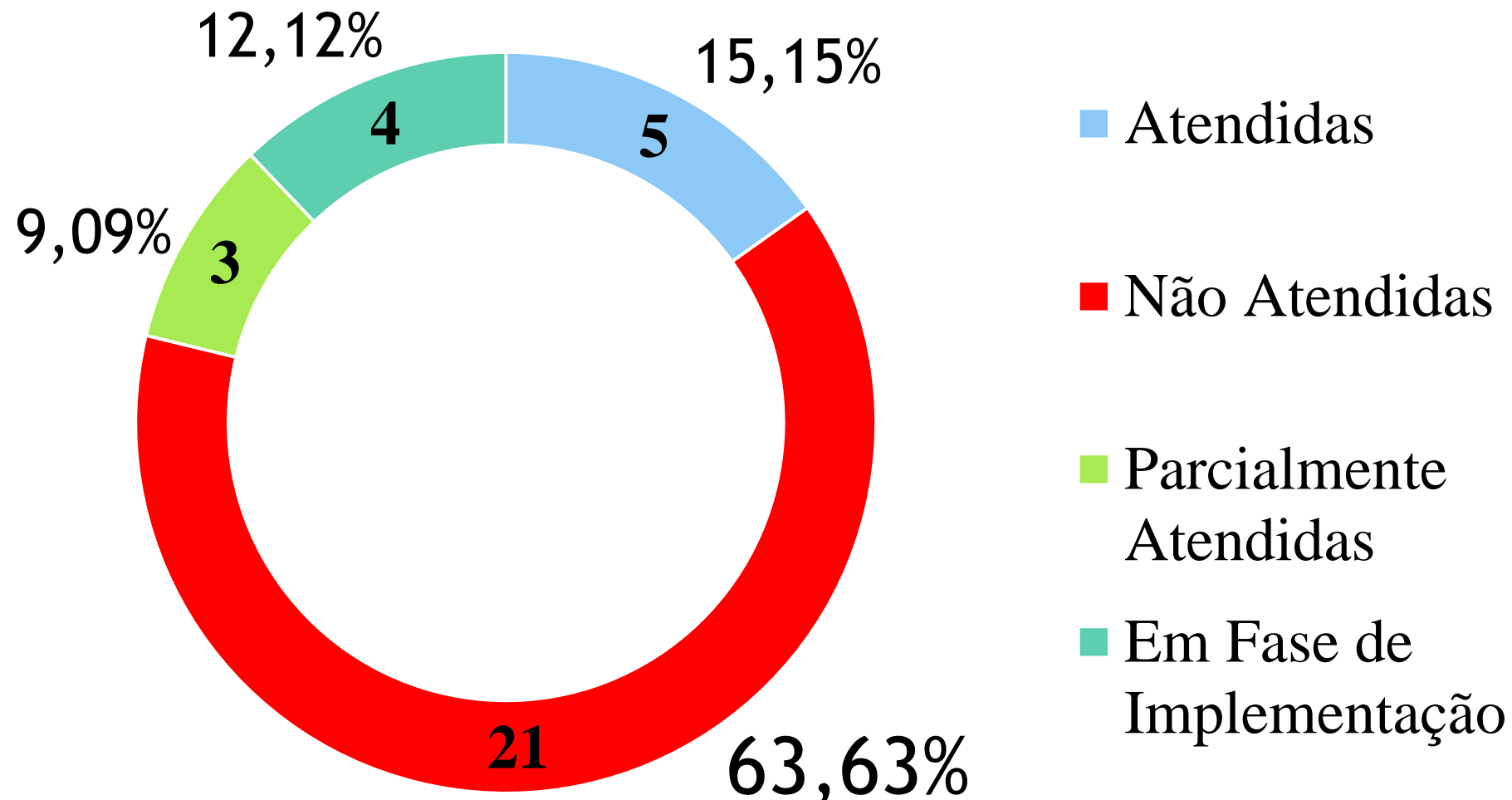


ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2013





RESUMO DO ATENDIMENTO DAS 33 RECOMENDAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO DE 2013



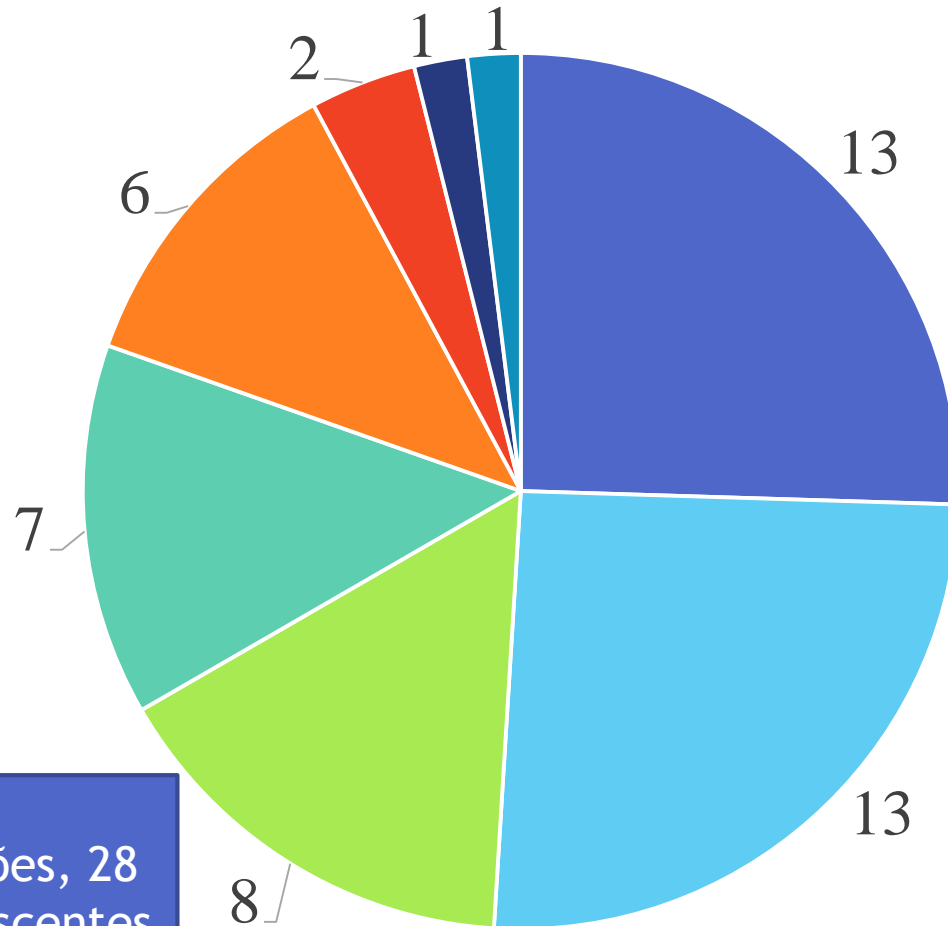


OCORRÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014





RESUMO DAS 51 RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO - 2014



- Instrumentos de Planejamento e Execução Orçamentária
- Gestão Fiscal
- Limites Constitucionais
- Programas Governamentais
- Demonstrações Contábeis
- Gastos Realizados Mediante Licitação, Dispensa e Inexigibilidade
- Conjuntura Socioeconômica
- Transferências Financeiras a Entidades Públicas e Privadas

Das 51 Recomendações, 28 (54,90%) são remanescentes de exercícios anteriores



RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

OCORRÊNCIAS/RESSALVAS VERIFICADAS	
REMANESCENTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34
IDENTIFICADAS PELA COMISSÃO EM 2014	37
ACRESCENTADAS PELA RELATORA	8
TOTAL	79

RECOMENDAÇÕES	
REMANESCENTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28
IDENTIFICADAS PELA COMISSÃO EM 2014	23
ACRESCENTADAS PELA RELATORA	10
TOTAL	61



Missão:

Exercer o controle externo da administração pública estadual, para assegurar a efetiva gestão dos recursos públicos.

www.tce.ce.gov.br